



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ata da VIII Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
Nutricional.

Brasília/DF.
27 de Fevereiro de 2013.

Empresa ProixL Estenotipia

1 Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Auditório do
2 Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF foi realizada a VIII Reunião Ordinária do
3 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Gestão 2012-
4 2013, Órgão de Assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei
5 nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346,
6 de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de
7 novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. A Pauta seguida foi: 1.
8 Aprovação da Pauta, das atas da VI e VII Plenárias e Informes – Maria Emília
9 Pacheco – Presidenta do Consea – 09h; 2. Saudação da Ministra Tereza Campello –
10 Presidenta da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e Ministra
11 de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 9h10. 3. Aprovação do
12 novo Regimento Interno do Consea – 9h30 às 12h: Leitura da proposta de Regimento
13 Interno do Consea com a inclusão das sugestões das Comissões Permanentes,
14 Grupos de Trabalho e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais –
15 Coordenação: Maria Emília Pacheco - Presidenta do Consea – 20 min. Análise e
16 aprovação dos pontos acrescidos ou alterados na proposta original – Coordenação:
17 Maria Emília Pacheco - 09h50 às 12h; 4. Aprovação de Propostas de Exposições de
18 Motivos ou Recomendações das Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho e
19 Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais – relato dos(as) coordenadores(as)
20 das instâncias - Coordenação: Maria Emília Pacheco – 12h às 13h. Intervalo para
21 Almoço – 13h às 14h. 5. Agenda de atividades do Consea em 2013 – definição dos
22 temas das Plenárias, planejamento das atividades/Seminários - Coordenação: Maria
23 Emília Pacheco – 14h às 15h30; 6. Informe dos encaminhamentos da Mesa Diretiva
24 sobre os primeiros passos para o processo de organização da 4ª Conferência + 2 -
25 Coordenação: Maria Emília Pacheco –15h30 às 16h; 7. Apresentação da proposta de
26 Sistema e Política Nacional de Participação Social - Secretário Paulo Maldos e Sra.
27 Lígia Alves – Secretária Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da
28 Presidência da República - 16h: Debate e encaminhamentos – Coordenação: Maria
29 Emília Pacheco - 16h30 às 17h e 8. Encerramento – 17h. A Sra. Maria Emília
30 Pacheco deu início a reunião cumprimentando a todos e passou ao tópico 1 da pauta,
31 Aprovação da Pauta, das atas da VI e VII Plenárias e Informes – Maria Emília
32 Pacheco – Presidenta do Consea – 09h: A Pauta e as Atas foram aprovadas por
33 unanimidade, conforme apresentadas. Os informes serão feitos após a saudação da
34 Ministra. Em seguida, passou ao tópico 2 da pauta, Saudação da Ministra Tereza
35 Campello – Presidenta da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
36 Nutricional e Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -
37 9h10: A Ministra de Estado do MDS, Tereza Campello, iniciou sua fala
38 cumprimentando a todos e observou a ampla representação dos Ministérios.
39 Comunicou à mudança ocorrida no MDS, onde o Sr. Arnoldo Campos assumirá a
40 Sesan em substituição a Sra. Maya Takagi, informando que sua posse seria dada no
41 decorrer da reunião do Consea, como forma de valorizar um espaço estratégico e
42 prioritário para o MDS, em especial a Sesan, uma vez que o Consea tem uma
43 simbologia muito forte na agenda política do Governo. Ressaltou que terem um
44 Consea forte ao longo dos oito anos de mandato do Presidente Lula, resultou da
45 mobilização da Sociedade Civil e do engajamento e esforço de construção de políticas
46 públicas adequadas. Passou a falar sobre os avanços alcançados ao longo dos dois
47 últimos anos: 1. Consolidação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional; 2.
48 Melhoria da gestão do PAA; 3. Montagem de uma estratégia voltada para a população
49 extremamente pobre no campo, juntamente com o MDA; 4. Avanço da agenda de

50 garantia de água; 5. Avanço de construção do Sisan; 6. Ampliação da agenda
51 internacional de cooperação. Seguiu falando dos desafios a serem alcançados: 1.
52 Aprofundar a agenda de acesso a água; 2. Avançar na agenda de compras públicas.
53 Colocou que a expectativa, com a entrada do Sr. Arnaldo Campos, é avançar cada
54 vez mais numa agenda partilhada de construção com o MDA, diante da necessidade
55 de fortalecer a qualidade da inclusão e qualidade dos alimentos na agenda de
56 Segurança Alimentar e Nutricional, que considera uma das agendas estratégicas para
57 o Brasil Sem Miséria. Convidou o Consea para participar da rodada de diálogos com a
58 Sociedade Civil, junto com a Secretaria Geral, sobre o balanço do Brasil Sem Miséria,
59 onde será feita a prestação de contas. Por fim, agradeceu a parceria, o esforço, a
60 dedicação e a militância da Sra. Maya Takagi e ressaltou que estão dadas as
61 condições para que se avance ainda mais na agenda de Segurança Alimentar e
62 Nutricional. A palavra foi dada ao Ministro de Estado do MDA, Sr. Pepe Vargas, que
63 cumprimentou a todos e colocou que fez questão de participar da reunião para
64 agradecer publicamente, não somente ao Consea, mas também Sra. Maya Takagi. Ao
65 Consea, porque as suas políticas públicas, elaboradas com a participação social,
66 dialogam diretamente com o fortalecimento da agricultura familiar e a Sra. Maya
67 Takagi, pela parceria durante esses dois anos. Desejou sucesso ao Sr. Arnaldo
68 Campos pela nova empreitada. Passou a falar sobre as mudanças ocorridas no Brasil
69 nos últimos dez anos, classificando-as como positivas, mas lembrando que ainda têm
70 presentes enormes desafios para construção de uma civilização na legítima acepção
71 da palavra. Ressaltou que tudo que foi realizado nesses últimos dez anos dá
72 confiança para avançar no processo. Observou que o PAA, além de uma estratégia de
73 Segurança Alimentar e Nutricional para a população, passa a ter um papel importante
74 enquanto política agrícola no País. Falou também sobre a estratégia de trabalhar o
75 PAA nos assentamentos da Reforma Agrária, que tem crescido cada vez mais e
76 fortalecendo as políticas públicas dentro da Política Nacional de Reforma Agrária no
77 Brasil. Informou que uma proposta de política mais efetiva sobre Agroecologia e
78 Produção Orgânica está sendo implementada, lembrando que essa foi uma pauta
79 iniciada no Consea. Solicitou a ajuda dos Conselheiros na Divulgação da II
80 Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural. Por fim, relatou que a seca terrível
81 no Nordeste mostrou que as políticas públicas que lá chegaram foram importantes,
82 mas que há muito a avançar ainda e que essas questões já estão sendo discutidas
83 pelo Governo. A Ministra Tereza Campello lamentou por ter que se retirar, em função
84 de sua agenda, e não poder participar da homenagem a Sra. Maya Takagi e a posse
85 do Sr. Arnaldo Campos. Pediu desculpas a todos e reafirmou o compromisso de
86 continuar trabalhando e fortalecendo o Consea. Passou-se a Homenagem a Sra.
87 Maya Takagi: Foi feita a leitura, pelo Sr. Naidison de Quintella Baptista, de uma carta
88 coletiva dos Conselheiros do Consea em agradecimento ao trabalho da Secretária
89 Maya Takagi. A Sra. Maya Takagi agradeceu imensamente o carinho de todos e de
90 sua equipe com quem compartilhou o sucesso dos trabalhos realizados. A palavra foi
91 dada ao Sr. Arnaldo Campos, que falou do desafio colocado a ele, ao dar
92 continuidade a um trabalho que já se encontra muito bom, agradecendo a Sra. Maya
93 Takagi e aos Secretários anteriores pelo legado. Agradeceu, em especial, a Ministra
94 Tereza Campello, pela confiança em seu trabalho e colocou que seu compromisso é
95 intensificar o diálogo, qualificando-o numa perspectiva de gerar o resultado esperado.
96 A Sra. Maria Emília Lisboa Pacheco agradeceu ao Sr. Arnaldo Campos, desejando-
97 lhe boa sorte para a nova missão e ressaltou a importância de ouvi-lo falar que inicia
98 sua trajetória intensificando diálogos e mantendo compromissos já acertados e

99 passou a falar sobre temas prioritários dentro da estratégia para 2013, lembrando que
100 trazem de 2012 alguns compromissos que precisam ser assegurados: 1. Lançamento
101 do Plano Nacional de Obesidade; 2. Levar adiante a proposta do Projeto de Lei da
102 Política de Abastecimento; 3. Avançar na agenda da alimentação saudável; 4. Plano
103 de Redução de Uso de Agrotóxicos. Como inovações para o Consea, pontuou: 1.
104 Agenda internacional; 2. Discussão sobre uma proposta de agricultura urbana, onde
105 ressalta a necessidade de trazer o Ministério das Cidades para o debate. Por fim,
106 colocou que os desafios são muitos e fez um apelo para que o principal deles seja
107 seguirem de fato adiante enfrentando e assegurando conquistas com muita disposição
108 no enfrentamento de dificuldades, tendo uma consciência crítica, mas ao mesmo
109 tempo sendo apoiadores das iniciativas que valorizam no Governo. Comunicou ainda
110 as mortes de Denilson Barbosa, jovem indígena do povo Guarani Caiowá, do
111 Município Carapó, em Mato Grosso do Sul, assassinado por pistoleiros, e de Cícero
112 Guedes, do Movimento dos Sem-Terra, quando liderava uma ocupação de uma usina
113 em Campos no Rio de Janeiro, solicitando um minuto de silêncio. Em seguida, a Sra.
114 Maria Emília Lisboa Pacheco passou aos Informes: 1. Registro e agradecimento a
115 presença de Dom Mauro Morelli, Presidente do Conselho Estadual de Segurança
116 Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, que passará a acompanhar as
117 reuniões; 2. Registro de novos Conselheiros: Sr. Ney Cimas Custódio, como Titular e
118 Sr. José Marcos Santos de Menezes, como Suplente da Confederação Nacional de
119 Pescadores; Sra. Maria Adriana Oliveira, como Suplente da CUT; Sr. Antônio José
120 Bom, como Suplente, da CGTB; O Ministro de Estado do Ministério da Justiça, como
121 Titular e a Sra. Marta Maria Azevedo, Presidenta da Funai, como Suplente; Sr. Luiz de
122 Bitencourt, como Titular e Sr. Osvaldo Mafra, como Suplente da Força Sindical; Sr.
123 Charles Reginatto, como Titular e Valter Israel, como Suplente do Movimento de
124 Pequenos Agricultores e Sra. Tânia Chantel, como Suplente do Movimento de
125 Mulheres Camponesas. Passou-se ao tópico 3 da pauta; Aprovação do novo
126 Regimento Interno do Consea – 9h30 às 12h: Leitura da proposta de Regimento
127 Interno do Consea com a inclusão das sugestões das Comissões Permanentes,
128 Grupos de Trabalho e Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais –
129 Coordenação: Maria Emília Pacheco - Presidenta do Consea – 20 min. Análise e
130 aprovação dos pontos acrescidos ou alterados na proposta original – Coordenação:
131 Maria Emília Pacheco - 09h50 às 12h: A Sra. Maria Emília Pacheco agradeceu o
132 empenho de todos, especialmente a Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais
133 e a Sra. Mirlane que fizeram um excelente trabalho, colaborando muito com a Mesa
134 Diretiva no preparo da Minuta distribuída as Comissões e Grupos de Trabalho e que
135 seria analisada naquele momento. Observou que a sistematização tinha algumas
136 propostas de acréscimo e modificação, mas que algumas modificações propostas se
137 referiam a conteúdos já existentes no Decreto 6272, o que não poderia ser mudado, a
138 não ser que mudassem o Decreto. Sugeriu que tais conteúdos permanecessem como
139 estão e se chegassem à conclusão que é necessário fazer uma proposta específica
140 de mudança de conteúdo de Decreto seja feito especificamente e não no âmbito do
141 debate do Regimento. Passou a análise ponto a ponto da sistematização, acertando
142 os ajustes necessários com os Conselheiros e o Novo Regimento Interno do Consea
143 foi aprovado por unanimidade. O Regimento Interno aprovado encontra-se anexo. A
144 Sra. Maria Emília Pacheco anunciou a presença na Reunião do Senhor James
145 Lemson, pesquisador sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio e que colheu
146 várias informações com Conselheiros. Informou ainda que solicitou que o relatório
147 conclusivo sobre o trabalho seja encaminhado ao Consea para conhecimento do

148 todos. Passou-se ao tópico 4 da pauta, Aprovação de Propostas de Exposições de
149 Motivos ou Recomendações das Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho e
150 Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais – relato dos(as) coordenadores(as)
151 das instâncias - Coordenação: Maria Emília Pacheco – 12h às 13h4; 1) Comissão
152 Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do Sisan – Conselheira
153 Nathalie Beghin relatou que na reunião da CP2 tiraram cinco recomendações: 1.
154 Aproveitar os grandes eventos que começam em 2013 e vão até 2016 para articular
155 campanhas de direito humano à alimentação adequada e SAN, onde propõem a
156 criação de um grupo de trabalho para pensar a melhor estratégia; 2. Solicita
157 autorização do Plenário para enviar uma recomendação a FAU, que discutirá em Abril
158 de 2013 sua estratégia de participação social, onde propõem fazer os comentários,
159 enviarem a Mesa Diretiva, que deverá encaminhar a FAU; 3. Sugere montar uma
160 agenda, numa parceria com a CP4, em função da vinda do relator das Nações Unidas
161 para o Direito Humano à Alimentação ao Brasil, em maio; 4. Apoio político do Consea
162 para o projeto da FIAN sobre monitoramento do direito humano à alimentação
163 adequada para a América Latina, onde sugerem contatar o MDS para ajudar; e 5.
164 Intervenção do Consea junto ao MRE sobre o compromisso assumido pelo Brasil de
165 envio de alimentos a uma Comunidade acampada no Saara Ocidental. Passou-se a
166 deliberação sobre as recomendações: O item 1 deverá ir a Mesa Diretiva, que fará um
167 refinamento da proposta e apresentá-la mais adiante. No item 2 ficou entendido que o
168 Consea precisa socializar o seu posicionamento para dar ciência aos Conselheiros até
169 o dia 15 de abril, antes do envio a FAU. No item 3 os Conselheiros deverão ser
170 comunicados sobre quais atividades serão realizadas. O relatório elaborado pelo
171 relator das Nações Unidas já está disponibilizado para leitura e divulgação. O Item 4
172 deverá ser apoiado. O item 5 o Consea deverá encaminhar por escrito um ofício ao
173 Ministério das Relações Exteriores. Aproveitando a oportunidade, será marcada uma
174 audiência da Presidenta do Consea, com a participação de alguns Conselheiros, com
175 o Ministro das Relações Exteriores para reforçar a importância estratégica do Brasil na
176 ajuda humanitária e falar sobre o fortalecimento da CG Fome. Por ocasião da saída
177 do Sr. Arnoldo Campos, foi feito o relato de um ponto da CP3, que seria importante
178 ser feito com sua presença: a necessidade de aprofundar o debate sobre agricultura
179 Urbana e Periurbana, que anda meio travado. O Dr. Arnoldo Campos comunicou que
180 estão organizando a Secretaria na nova gestão e tomando pé da situação e que a
181 Secretária Adjunta ficará em seu lugar no período da tarde acompanhando as
182 discussões e levando as tarefas de casa. A Reunião foi interrompida para realização
183 do período de almoço. Dando continuidade aos trabalhos, na parte da tarde, foi
184 prestada homenagem aos membros da Secretaria Executiva do Consea, que hora se
185 despedem desta Casa, Marcelo Silva e Michelle Lessa, pelos trabalhos realizados e
186 dedicação prestados ao Conselho. Emocionados, os homenageados agradeceram as
187 mensagens recebidas e aprendizados adquiridos enquanto prestaram seus serviços
188 neste lugar. Ao mesmo tempo foram dadas as boas-vindas à nova Coordenadora da
189 Secretaria Executiva do Consea, Valeria Torres Amaral Burity. Aproveitando a
190 oportunidade, Maria Emília informa que foi sancionada lei para criação de cargos da
191 Secretaria Executiva do Consea, faltando apenas ser regulamentada. 2) Dando
192 continuidade aos trabalhos, o Conselheiro Carlos Eduardo O. de S. Leite, em nome
193 da Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar
194 Nutricional, informa que a CP3 não apresenta nenhuma recomendação, mas destaca
195 algumas questões consideradas importantes ser socializadas com o Conselho, como:
196 i) A revisão das temáticas da Comissão a serem tratadas em 2013. ii) Uma proposta

197 do Instituto Socioambiental – ISA, visando reparar os estragos do Código Florestal no
198 que tange aos pequenos agricultores, através de uma proposta em que o PAA -
199 Programa de Aquisição de Alimentos pretende premiar esses agricultores com
200 diferenciação de preços ou limites na venda de seus produtos. Como sugestão, a CP3
201 propõe que o Grupo Gestor do PAA convoque uma reunião antes da próxima Plenária
202 do Consea, assim como o Comitê Consultivo da Sociedade Civil do PAA, para
203 apreciar o tema e ampliar a densidade política da proposta. Da mesma forma, os
204 Conseas Estaduais também devem tratar do tema como nova modalidade do PAA. iii)
205 O Consea foi convidado a participar de oficinas e mesas de debate sobre a
206 organização da comemoração dos 10 anos do PAA e do Encontro Nacional do PNAE,
207 que serão realizados este ano. A Comissão reforça a proposta para que o Grupo de
208 Trabalho de Desenvolvimento Urbano e Segurança Alimentar passe a ser identificado
209 como Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana e Periurbana. Este assunto será
210 tratado na próxima reunião da Mesa Diretiva. Em seguida, o Conselheiro aproveita a
211 oportunidade para solicitar ao Coordenador da Política Nacional de Agroecologia,
212 Selvino Heck, que leve o assunto à próxima reunião da Política. 3) A Conselheira
213 Mariza Rios, representando a Comissão Permanente 4 - Direito Humano à
214 Alimentação Adequada, faz uso da palavra e informou que a CP4 tratou da questão
215 dos índios Guaranis Caiowás, do Mato Grosso do Sul, recomendando *ao Ministério da*
216 *Justiça que garanta a presença da Força Nacional em tempo integral na terra indígena*
217 *de Pindoroky do povo Kaiowá Guarani no município Caarapó no Estado do Mato*
218 *Grosso do Sul e a efetivação do Termo de Ajuste de Conduta que prevê o*
219 *reconhecimento de 36 Terras Indígenas no Estado. O Documento é aprovado com*
220 *observações e acréscimos ao texto, e solicitação de apoio integral da Coordenação*
221 *Regional da Funai de Dourados, na permanência dos indígenas na terra de Caarapó.*
222 *É esclarecido pelo Conselheiro Selvino Heck que a Secretaria Geral, em seu*
223 *planejamento 2013/2014, colocou como uma das prioridades o caso das 36 terras dos*
224 *Guaranis Caiowás. A sugestão então é que a questão seja formalmente encaminhado*
225 *ao Ministro Gilberto Carvalho, do Ministro-Chefe, da Secretaria-Geral da Presidência*
226 *da República. Outra informação é que chegou à CP4 uma denúncia da Comunidade*
227 *dos Ciganos, na Paraíba, versando que aquela comunidade convive com a*
228 *duplicidade de documentos, o que implica na falta de acesso a muitas políticas do*
229 *Governo. Também, que a Conab - Companhia Nacional de Abastecimento local não*
230 *os reconhecem como população tradicional, portanto, não sendo contemplados com*
231 *as cestas básicas da Conab. A sugestão da CP4 é que o Consea cobre da Conab*
232 *uma explicação sobre a situação. Outra sugestão é que o Consea envie um ofício*
233 *diretamente à Ministra Maria do Rosário, da Comissão dos Direitos Humanos, para*
234 *que chegue à CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, por ser*
235 *este um assunto que diz respeito à Segurança Alimentar. Seguindo, o Conselheiro*
236 *Sélvio Isopo Porto faz uso da palavra e informa que a Conab não reconhece ou não o*
237 *povo cigano como população tradicional. Explicou que há uma orientação do MDS -*
238 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para que a Conab compre*
239 *alimentos, via licitação pública ou via PAA – Programa de Aquisição de Alimentos,*
240 *para compor as cestas de alimentos para distribuir a populações tradicionais, povos*
241 *indígenas e quilombolas e acampados da reforma agrária. Esclareceu também que*
242 *em 2012, por acordo do MDS, Funai, Fundação Palmares e Incra seria feita a*
243 *atualização dos cadastrados dos povos para recebimento das cestas básicas. Assim,*
244 *o Conselheiro, em nome da Conab, acolheu a sugestão de atender o povo cigano na*
245 *questão das cestas básicas. O assunto em questão também será tratado junto ao*

246 MDS, Conab e Consea. A Presidente do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco,
247 esclarece que será encaminhado ofício à Conab e MDS, e após posição destes, será
248 dada resposta ao Consea da Paraíba, órgão que levantou a questão, sobre o assunto
249 hora tratado. Outro informe apresentado foi que a Comissão recebeu a notícia de uma
250 Ação Civil Pública, do Ministério Público do Maranhão, tratando da questão da
251 Segurança Alimentar e Nutricional nas escolas das comunidades indígenas daquele
252 Estado. Assim, a Conselheira pede ao Consea Nacional que solicite ao Ministério da
253 Educação como está sendo tratada essa questão no Maranhão. Maria Emília
254 esclarece que o encaminhamento solicitado foi feito desde o ano passado, e que o
255 FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação respondeu atribuindo a
256 responsabilidade ao Estado. De qualquer forma, o Consea reenviará o procedimento
257 outrora realizado. 4) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e Povos
258 e Comunidades Tradicionais, o Conselheiro Edgar Aparecido de Moura apresenta os
259 o trabalho realizado pela CP5, sendo: i) O tema dos ciganos foi tratado na Comissão,
260 mas precisa ser discutido de forma mais generalizada; ii) A realização do 2º Encontro
261 dos Povos Tradicionais, em 2013, sugerindo a participação do Consea no evento; iii)
262 A participação do Consea na 3ª Conferência Nacional de Igualdade Racial, em
263 novembro deste ano. E ainda solicita que o Consea ajude na divulgação e na
264 elaboração do Plano de Desenvolvimento para os Povos Tradicionais em Matrizes
265 Africanas; iv) Participação do Consea nas iniciativas de comemoração dos 20 anos da
266 Ação da Cidadania. Seguindo, a presidente Maria Emília Lisboa Pacheco solicita que,
267 para as informações prestadas pela CP5, a própria Comissão indique, dentre seus
268 componentes, quem poderá representar o Consea nos eventos mencionados. Quanto
269 ao Plano de Desenvolvimento para os Povos Tradicionais em Matrizes Africanas,
270 Maria Emília sugeriu que a CPCE – Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais
271 tome ciência do Plano e dialogue com a CP5 a respeito. Em seguida, o Conselheiro
272 José de Ribamar de Araújo e Silva registra a presença, na Plenária, de Daniel de
273 Souza, filho de Herbert José de Sousa e Coordenador Nacional da Ação da
274 Cidadania. 5) O Conselheiro Antônio R. D. da Costa, apresentando os trabalhos da
275 Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas,
276 faz leitura da recomendação à Fundação Nacional do Índio, solicitando que esta envie
277 materiais para a instalação e construção de moradias dignas para a terra indígena
278 Pyelito Kue e Mbarakay do povo Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul. A
279 recomendação foi acolhida pela Plenária, com alterações ao texto. Em seguida, é
280 proferida a leitura do ofício em agradecimento a Sua Excelência o Senhor, o Senhor
281 Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, pela decisão favorável ao processo
282 de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé do Povo Xavante, no Mato Grosso do
283 Sul, em cumprimento à Constituição Federal, em nome dos povos indígenas e dos(as)
284 Conselheiros(as) integrantes da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e
285 Nutricional dos Povos Indígenas deste Conselho. A Plenária aprova o envio do
286 documento. Em seguida, o Conselheiro Antônio R. D. da Costa levanta a questão da
287 interrupção das cestas de alimentos, desde agosto de 2012, para os povos indígenas
288 da região do Semiárido Brasileiro. Também, por conta da grande seca na Região
289 Nordeste, considera-se que as cestas de alimentos distribuídas são insuficientes para
290 que os povos indígenas, agricultores rurais e segmentos mais fragilizados da região,
291 que estão sofrendo não só com a falta de alimentos, mas também com a falta de
292 água. Assim, o Conselheiro solicitou intervenção da Conab, Funai e MDS na questão.
293 Sendo sabedor da existência de um Grupo de Trabalho, na Funai, para tratamento
294 desse assunto, o Conselheiro que hora fala, solicita a participação de um membro da

295 CP6 no referido GT. Em seguida, a Plenária do Consea é convidada a participar da 9ª
296 Feira de Trocas de Sementes Tradicionais e do 1º Encontro Internacional de Guardiões
297 das Sementes, nos dias 9 e 15 de setembro de 2013, em Tacajá, Tocantins, na terra
298 indígena Craô. Também foi proposta a ampliação do Grupo de Trabalho sobre o Cone
299 Sul para comportar a discussão de SAN para os povos indígenas. O Conselheiro
300 manifesta a preocupação pela ausência da Ministra Tereza Campello nas Plenárias do
301 Consea, assim como a falta de proposição de agenda dos povos indígenas e
302 comunidades tradicionais. Antônio da Costa segue sua fala, agora fazendo críticas ao
303 Governo Brasileiro, no que considera uma contradição do Brasil, quando este presta
304 ajuda humanitária a países da África enquanto comunidades brasileiras sofrem com
305 insegurança alimentar. Em seguida, parabeniza o Consea por tratar com prioridade a
306 questão das populações brasileiras mais fragilizadas. A presidente Maria Emília
307 solicita que a proposta de representação da CP6 no Grupo de Trabalho do Governo
308 seja formalizada. Fazendo uso da palavra, Mirlane Klimach Guimaraes, Assessora
309 Internacional do Consea esclarece que num primeiro momento foi proposto que o
310 Consea participasse do referido Grupo de Trabalho, mas depois percebeu-se que se
311 tratava de um GT totalmente governamental, por isso foi sugerido um Grupo de
312 Trabalho de redesenho das institucionalidades das políticas públicas, dentro do
313 Consea. A Conselheira Aldenora Pereira Silva também usa a palavra e volta ao ponto
314 das moradias definitivas dos indígenas, propondo recomendação ao Ministério das
315 Cidades aplicação do Programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade específica
316 para a construção de unidades habitacionais para populações tradicionais. Seguindo,
317 a palavra foi franqueada à senhora Renata, representante do PNUD e observadora no
318 Consea, que fala da importância de a CP6 fazer um Grupo de Trabalho que amplie a
319 discussão da Segurança Alimentar e Nutricional dos Guarani Kaiowá, no Cone Sul do
320 Mato Grosso do Sul, no sentido de fazer reformulações e recomendações nas
321 políticas públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas. O
322 objetivo seria tratar, fora da Comissão, também das situações emergenciais sobre
323 SAN dentro das terras indígenas. Renata sugere a manutenção da proposta de
324 participação da CP6 no Grupo de Trabalho de Cesta de Alimentos. Houve
325 concordância com a proposta da representação da CP6 no Grupo de Trabalho
326 Governamental que trata das cestas alimentares. Seguindo, Maria Emília Pacheco
327 propõe que em lugar de se criar um novo Grupo de Trabalho, que seja ampliado o
328 tempo de trabalho da Comissão em determinados momentos, e que estejam
329 presentes às reuniões da CP6 representantes governamentais que tenham poder de
330 decisão. A proposta foi aceita pelos membros da Comissão. 6) A Conselheira Sônia
331 Lúcia Lucena Sousa de Andrade, apresenta os trabalhos da Comissão Permanente 2
332 - Consumo, Nutrição e Educação, solicitando que o Consea retome a discussão dos
333 desdobramentos da Mesa de Controvérsias de Agrotóxicos e os trabalhos do Grupo
334 de Trabalho sobre Agrotóxicos, e informa que o tema dos agrotóxicos será trabalhado
335 com a CP3. A Comissão solicita que o novo Secretário da SESAN - Secretaria de
336 Segurança Alimentar e Nutricional apresente ao Consea seu novo plano de trabalho.
337 A Conselheira que hora fala também lamenta a falta de interlocução com a Secretária
338 do Consea, Ministra Tereza Campello. E segue sua fala levantando a questão do
339 Beribéri nos Estados de Tocantins, Maranhão e Roraima, na circunscrição da terra
340 indígena de Raposa Serra do Sol, que apesar de o Ministério da Saúde estar atento
341 ao caso, a Conselheira considera não ser suficiente para atender as necessidades
342 que envolvem a doença. Em seguida, propõe que o Consea discuta a questão da
343 Segurança Alimentar e Nutricional na região de seca, assim como o Ministério do

344 Desenvolvimento Social e Combate à Fome também trate do assunto mais
345 adequadamente. Em seguida Maria Emília esclarece que em virtude da transição e do
346 número menor de pessoas na Secretaria Executiva do Consea, não deu-se conta de
347 finalizar os documentos da Mesa de Controvérsia sobre Agrotóxicos. Quanto aos
348 desdobramentos numa mesa sobre transgênicos, disse que está na proposta de pauta
349 da agenda do ano de 2013 do Consea. O apelo sobre o máximo de presença da
350 Ministra Tereza Campello nas Plenárias do Consea será encaminhado a ela, assim
351 como a proposta de continuidade dos trabalhos da Sesan - Secretaria de Segurança
352 Alimentar e Nutricional será encaminhada ao Senhor Arnaldo de Campos. Após os
353 relatos da Conselheira, foi definido que na próxima Plenária, com a presença da
354 Ministra e do novo Secretário da Sesan, Arnaldo Campos, será feita uma
355 apresentação mais detalhada do plano de trabalho da Secretaria de Segurança, com
356 debates incluindo temas como os apresentados por Sônia Lucena: seca e Beribéri. E
357 ainda, será comportada na agenda do Consea uma pauta sobre a garantia dos
358 direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. 7) Para
359 apresentar os trabalhos da Comissão Permanente 1 - Regulamentação e
360 Institucionalização do Sisan, foi chamado a usar a palavra o Conselheiro Edécio
361 Vigna, informando que a discussão sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar
362 e Nutricional é ampla e deve abranger todas as CPs como um tema prioritário do
363 Consea. Assim, a proposta é formar um Grupo de Trabalho, composto pela CP1,
364 CPCE e Caisan para preparar uma oficina sobre o Sisan, para que seja elaborado um
365 documento que será apresentado na Plenária de junho. Outra proposta apresentada é
366 que juntamente com o Sisan seja feito um debate sobre o Orçamento 2013/2014, com
367 avaliação do orçamento de Segurança Alimentar e Nutricional, que será tratado na
368 Plenária de abril. 8) Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutricional e
369 Gênero, sendo apresentado pela Conselheira Ema Siliprandi, informa que o GT será
370 acompanhado mais de perto pela Mesa Diretiva. A Conselheira Ema esclarece que
371 uma das prioridades do GT para este ano de 2013 é o Seminário sobre Mulheres
372 Indígenas e Saúde. Assim, a proposta apresentada é que a Mesa Diretiva designe
373 uma Comissão que tenha pessoas do Grupo de Trabalho de Gênero, da CP6 e de
374 todos os órgãos envolvidos com a questão indígena, que fazem parte do Consea,
375 para preparar um projeto para o Seminário. A Conselheira informa que no final do ano
376 passado os Conselheiros e Conselheiras do Consea avaliaram tanto o Conselho
377 quanto o Grupo de Trabalho de Gênero, e foram tiradas posições positivas sobre a
378 atuação do GT. Ema Siliprandi apelou aos Conselheiros e Conselheiras que pensem
379 no Grupo de Trabalho de Gênero como um espaço importante de informação e
380 consolidação de uma discussão sobre gênero. Em seguida, Maria Emília concluiu que,
381 de acordo com a proposição, o Grupo de Trabalho de Gênero deva se encontrar
382 algumas vezes no ano em momentos que garanta a presença de todos os envolvidos.
383 9) A Conselheira Norma Sueli Marques da Costa Alberto, apresentando a Comissão
384 de Presidentes dos Conseas Estaduais, informa que a CPCE discutiu a pauta de SAN
385 nas fronteiras. Uma pauta vinda da Oficina Regional Sul do Sisan, que teve a
386 participação do Ministério da Integração Nacional. Naquela Oficina pôde-se perceber
387 que as questões inerentes à SAN e fronteiras não se restringem somente à Região
388 Sul, mas abrange diversas outras fronteiras do País, inclusive o litoral. A Conselheira
389 observa também que naquele momento sugeriu-se que o Consea participasse da
390 Comissão de Desenvolvimento e Integração na Região de Fronteiras como convidado
391 para tratar da questão de SAN na referida Comissão. Dessa forma, a CPCE
392 recomenda que o Consea sugira uma representação para essa Comissão. Também,

393 naquela Oficina foi mencionada a existência de 11 Núcleos Estaduais. A CPCE pediu
394 ao Consea Nacional que solicite oficialmente a relação desses núcleos, suas
395 representações estaduais e contatos para ter-se uma articulação melhor com esses
396 núcleos e pautar a SAN na discussão onde ela se insira. Um outro ponto tratado na
397 reunião da Comissão foram os Objetivos do Milênio e a transversalidade da
398 Segurança Alimentar e Nutricional, considerando ser esta uma pauta ainda tímida nos
399 Objetivos do Milênio. A Conselheira informa que na reunião da Comissão, o
400 responsável pela Coordenação Nacional dos Objetivos do Milênio mencionou os
401 Núcleos Estaduais que já estão constituídos para tratar do acompanhamento,
402 monitoramento e desenvolvimento desses Objetivos no âmbito dos Estados. Assim, a
403 Conselheira, em nome da CPCE, solicita a essa Coordenação a relação desses
404 Núcleos e respectivos contatos para possibilitar uma articulação entre CPCE e os
405 mencionados Núcleos. Da mesma forma solicita uma recomendação formal da
406 Coordenação Nacional para que os Núcleos Estaduais contatem os Conseas
407 Estaduais para contribuir nessa discussão. A CPCE também solicita à Caisan que
408 resgate o compromisso de diálogo com a Confederação dos Municípios para que isso
409 também se dê no âmbito dos Estados de forma mais fluente. Concluída a
410 apresentação do ponto de pauta anterior, Maria Emília apresenta o Ponto de Pauta 5.
411 Agenda de atividades do Consea em 2013 – Definição dos temas das Plenárias,
412 planejamento das atividades/Seminários - Coordenação: Maria Emília Pacheco – 14h
413 às 15h30, que após várias manifestações da Plenária, fica definido que serão
414 trabalhados dois temas por Plenária, considerando que serão realizadas quatro
415 Plenárias em 2013, além da IV Conferência + 2. Dessa forma, é definido, como
416 orientação, quais temas seriam tratados em qual Plenária. Para abril, ficou acertado
417 que seria realizada uma Plenária de um dia e meio. A Presidente do Consea informa
418 que a Mesa Diretiva concluiu que cada Comissão Permanente e cada Grupo de
419 Trabalho teria a possibilidade de convidar quatro pessoas por ano para as atividades
420 do Conselho. E cada Consea Estadual poderia convidar Conselheiros Nacionais duas
421 vezes ao ano, com recursos do Consea Nacional. Maria Emília deu a boa nova a
422 seguir, agradecendo, em nome do Consea, o aumento do orçamento do Consea, que
423 passou de R\$ 800.000 (oitocentos mil reais) para R\$ 1.000.000 (um milhão de reais).
424 O tópico a ser tratado a seguir foi o 7. Apresentação da proposta de Sistema e Política
425 Nacional de Participação Social - Secretário Paulo Maldos e Sra. Lígia Alves –
426 Secretária Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da
427 República - 16h - Debate e encaminhamentos – Coordenação: Maria Emília Pacheco -
428 16h30 às 17h, com a apresentação, por parte do Secretário Nacional de Articulação
429 Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. Paulo Maldos, fazendo
430 uso da palavra e apresentando tanto a proposta de Política como de Sistema Nacional
431 de Participação Social, uma ação da Secretaria Geral da Presidência. A Política
432 Nacional de Participação Social define objetivos que afetam a gestão governamental
433 como um todo e explicita os princípios e diretrizes a serem observados pelo Sistema
434 Nacional de Participação Social. Assim como o Sistema Nacional de Participação
435 Social possibilite a gestão intersetorial e a articulação das políticas de participação
436 social. Dentre outros, a Política tem o objetivo de Promover a participação social na
437 formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Da
438 mesma forma, estabelecer canais de articulação entre os gestores de participação
439 social das três instâncias de Governo: Federal, Estadual e Municipal. Uma das
440 observações importantes feitas foi que não só as pessoas que estão incluídas em
441 organismos de participação, mas para todas as pessoas e comunidades podem ter

442 acesso a tal Política e Sistema, por tratar-se de um sistema flexível e democrático.
443 Seguindo, a palavra foi franqueada à Senhora Lígia Alves, Secretária Nacional de
444 Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, esclarecendo
445 que o tema da Política e do Sistema também será tratado na próxima reunião da CP1.
446 Esclarece também que o que está sendo apresentado neste dia ao Consea é um
447 consolidado de todas as contribuições e debates acerca do tema. Assim também,
448 como serão analisadas as contribuições do Consea ao assunto e incluídas no
449 documento, visto ser esta uma construção coletiva. A oradora seguiu falando da
450 importância da participação social na ação de política pública em todas as suas
451 etapas, desde a formulação até a avaliação e monitoramento. Reforçando os objetivos
452 da política, dizendo que esta está sendo discutida no Fórum Governamental de
453 Participação Social, um espaço onde se discute as ações de participação do Governo,
454 e em outras instâncias que tratam do tema da participação social, como redes de
455 pesquisas e ONGs. Sobre o Sistema Nacional de Participação Social, a palestrante
456 esclarece que não pode ser um sistema hierarquizado, mas sim aberto e flexível,
457 participativo e sustentável, promovendo mecanismos de participação. A oradora
458 apresenta algumas diretrizes do Sistema, como: interdependência, interação,
459 integração entre governos, sociedade civil, políticas, canais e instrumentos
460 participativos e outras diretrizes estabelecidas. A palestrante segue sua apresentação
461 mencionando as várias ações que estão sendo e serão executadas a respeito da
462 Política de Participação Social, como desenvolvimento de pesquisa e difusão da
463 participação social. Esclarece que o que se quer é facilitar a intersectorialidade dos
464 mecanismos de participação, dar visibilidade às ações da sociedade e empoderá-la na
465 relação Governo e sociedade. Contudo, uma dificuldade a ser enfrentada é o
466 financiamento a ser aplicado na participação social. Após as manifestações da
467 oradora, segue-se a manifestação da Plenária a respeito do tema apresentado, com
468 questionamentos, sugestões, críticas ao Governo e ao mesmo tempo parabenizando
469 o projeto hora apresentado, da Política e do Sistema de Participação Social. Quando a
470 palavra retorna à Mesa, o Sr. Paulo Maldos menciona ser uma questão de honra o
471 Sistema de Participação realmente comportar as diferentes formas organizativas da
472 sociedade. Informa, na sequência, que em relação aos Guaranis Caiowá, em
473 particular o Antiguaçu, já existe um Comitê Gestor de Políticas Indigenistas Cone Sul
474 do Mato Grosso do Sul, e que o que foi estabelecido em Antiguaçu orienta o Governo
475 com relação às Políticas Indigenistas para aquela região do País. Fala também da
476 importância da incidência do Sistema no Ministério do Planejamento, onde pode-se
477 construir diálogos com a Sociedade Civil, PPA – Plano Plurianual e LOA – Lei
478 Orçamentária Anual. O objetivo maior, no entanto, é fortalecer cada vez mais a
479 participação da Sociedade Civil nos espaços essenciais do Estado. Sobre o Marco
480 Regulatório, o orador esclarece que o Ministro Gilberto Carvalho já expôs esta
481 proposta para a Presidenta Dilma. Agora é aguardar o desenvolvimento do projeto.
482 Paulo Maltos reafirma que o Sistema de Participação já está em curso, com
483 articulação entre Governos e sociedade, com objetivos de construir sociedade e
484 Estado representativos e participativos. Também fazendo uso da palavra, a Sra. Lígia
485 Alves, lembra que um dos princípios fundamentais que embasam essa batalha diária
486 pela democracia participativa é a Constituição, em seu Art. 1º, que diz: “Todo poder
487 emana do povo e por ele será exercido, através dos seus representantes eleitos, ou
488 diretamente”. Segundo ela, o ideal é que a democracia representativa se some às
489 ações da democracia participativa. Segue informando que as questões apresentadas
490 pela Plenária serão pensadas para a Política e Sistema de Participação. A oradora

491 reafirma a fala da Conselheira Maria Alaídes Alves de Souza, dizendo que a luta é
492 mesmo por direitos. Por isso, a proposta de Política e Sistema é fazer com que o
493 Estado Brasileiro garanta esse direito humano à participação, no entanto, ressalta que
494 o Estado Brasileiro não está completamente preparado para esta participação. E por
495 isso, a busca de consenso com os vários movimentos sociais, Estados e Municípios.
496 E para a questão dos cidadãos não organizados, solicitou dos presentes sugestões
497 para aprimoramento da Política e Sistema. Segue reafirmando que o projeto
498 apresentado é um processo em construção e será revisto continuamente. Após
499 encerramento do tópico anterior, a presidente do Consea anuncia que a Organização
500 Médicos Sem Fronteira, assim como o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
501 solicitaram ser observadores do Consea. A solicitação foi acatada *ad referendum* pela
502 Plenária. Seguindo a Ordem do Dia, passa-se a tratar do tópico 6. Informe dos
503 encaminhamentos da Mesa Diretiva sobre os primeiros passos para o processo de
504 organização da 4ª Conferência + 2 - Coordenação: Maria Emília Pacheco –15h30 às
505 16h, quando Maria Emília propõe a formação de um pré-grupo de trabalho para
506 começar agilizar a organização da 4ª Conferência + 2, contudo, sendo a Mesa Diretiva
507 responsável por assumir a tarefa política de coordenação da Conferência. Assim, a
508 Mesa Diretiva sugeriu como componentes do pré-grupo a Conselheira Gleyse Maria
509 Couto Peiter, Conselheiro José de Ribamar de Araújo e Silva, Conselheira Marília
510 Mendonça Leão e Conselheiro Írio Luiz Conti. A indicação dos nomes para compor o
511 pré-grupo foi aprovada pela Plenária. A presidente informa que já está sendo
512 elaborado o Termo de Referência da 4ª Conferência + 2. Uma observação feita é que
513 as pessoas indicadas serão consultadas, e caso não aceitem o convite, outras
514 pessoas serão indicadas para o pré-grupo. Da mesma forma, a Caisan indicará quatro
515 pessoas do Governo para também fazer parte do pré-grupo. Seguindo, na conclusão
516 dos trabalhos, Maria Emília agradece e parabeniza o projeto que está sendo realizado
517 pela Oxford, nomeado 'Por Trás das Marcas', uma pesquisa feita em âmbito
518 internacional, sobre consumo de alimentos e bebidas, e que deve subsidiar o Consea
519 no debate sobre o tema. Também Maria Emília agradece o PNUD - Programa das
520 Nações Unidas para o Desenvolvimento pela distribuição dos exemplares do Projeto
521 Olhares Cruzados, que trata dos Guaranis Caiowá. Não havendo mais assunto a ser
522 tratado, a presidente do Consea Nacional, Maria Emília Lisboa Pacheco, encerra a
523 Sessão, agradecendo a presença de todos.